

## **AUTISMO: A LINGUAGEM PRAGMÁTICA NO AMBIENTE ESCOLAR**

*Fabrizia Miranda de Alvarenga Dias* (UENF)

[fabriziadias@hotmail.com](mailto:fabriziadias@hotmail.com)

*Daniele Fernandes Rodrigues* (UFF)

[dani.uenf@gmail.com](mailto:dani.uenf@gmail.com)

*Carlos Henrique Medeiros de Souza* (UENF)

[chmsouza@gmail.com](mailto:chmsouza@gmail.com)

### **RESUMO**

O Autismo tem sido estudado em suas mais variadas vertentes. No entanto, há um número reduzido de estudos voltados para as dificuldades nas concepções pragmáticas no ambiente acadêmico, principalmente, no que tange a compreensão, pelos autistas, dos enunciados em sua forma literal. A linguagem pragmática é aquela que analisa o contexto todo, não se limitando apenas a uma abordagem denotativa, mas sim uma abordagem conotativa, buscando compreender as entrelinhas do discurso. Dessa forma, esta pesquisa visa demonstrar o impacto da linguagem pragmática nas relações de pessoas autistas no ambiente escolar. Este estudo é de cunho qualitativo, pautado na revisão bibliográfica, com autores que dialogam sobre a temática proposta.

#### **Palavras-chave:**

Autismo. Escola. Linguagem Pragmática.

### **ABSTRACT**

Autism has been studied in its most varied aspects. However, there is a small number of studies focused on the difficulties in the pragmatic conceptions in the academic environment, especially regarding the understanding, by autistic people, of the statements in their literal form. The pragmatic language is one that analyzes the whole context, not limited only to a denotative approach, but a connotative approach, seeking to understand between the lines of speech. Thus, this research aims to demonstrate the impact of pragmatic language in the relationships of autistic people in the school environment. This is a qualitative study, based on the literature review, with authors who dialogue on the proposed theme.

#### **Keywords:**

Autism. School. Pragmatic Language.

### **1. Introdução**

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou simplesmente Autismo é uma condição neurobiológica que envolve prejuízos na comunicação e interação social. As pessoas autistas apresentam déficits nas habilidades

sociais e de pragmática causando prejuízos na emissão, recepção de mensagens e, possivelmente, em seu rendimento sócio acadêmico (DSM-V, 2014). A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o Autismo é um transtorno que afeta 1% da população mundial (ONU News, 2017).

O transtorno vem sendo estudado nas suas mais variadas vertentes e os seus enigmas gradativamente sendo desvelados pela ciência. Dessa forma, esta pesquisa empenha-se em contribuir na compreensão dos impactos da linguagem pragmática na comunicação de pessoas autistas no ambiente escolar. Este estudo é de cunho qualitativo e a metodologia utilizada foi revisão bibliográfica, pautada nas perspectivas de autores que discorrem no campo da linguagem pragmática em diálogo com o Autismo.

## **2. Autismo e Linguagem**

O Autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento cujo diagnóstico é definido conforme as características especificadas pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais:

[...] déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. (DSM-V, 2014, p. 32)

O DSM-V (2014) ainda estabelece três níveis de gravidade, para o transtorno “1) exigindo apoio; 2) exigindo apoio substancial e 3) exigindo apoio muito substancial”. Os níveis de apoio são fundamentais para expressarem às necessidades apresentadas pelos autistas em termos de comunicação e interação social. Nesse sentido, de acordo com o seu nível precisará de mais ou menos suporte tanto nas atividades de vida diária quanto no campo escolar.

Ao ressaltar que a linguagem é um dos comprometimentos que mais levam as pessoas autistas ao diagnóstico, Cunha (2017) ainda afirma que:

[...] além de haver um acentuado comprometimento do uso de múltiplos comportamentos não verbais (contato visual direto, expressão facial, posturas e linguagem corporal) que regulam a interação social e a comunicação, pode ocorrer também atraso ou ausência total do desenvolvimento da linguagem falada. Nos indivíduos que chegam a falar, existe a capacidade de iniciar ou manter uma conversação e a ecolalia. (CUNHA, 2017, p. 27)

Neiva (2013, p. 490) realça os pensamentos de Sausurre de que “a língua é um fato social, que as pessoas adquirem por meio das vivências sociais”. Sendo assim, a linguagem é constituída por meio de uma língua, que tem natureza social universal e é expressa sistematicamente em padrões deliberados pela sociedade. O autor ainda discorre sobre a definição de Chomsky a respeito de linguagem:

A linguagem é um sistema formal caracterizado por transformações internas, cujas regras compõem a sintática e a gramática. O uso contextual da linguagem é uma dimensão completamente ignorada pela teoria chomskiana. No modelo de Chomsky, a linguagem não é a atualização mecânica de um sistema de regras, mas um processo criativo que permite produção e a interpretação de um número infinito de sentenças que nunca foram ouvidas anteriormente pelos falantes. [...] Recentemente, Chomsky defendeu a ideia de que a linguagem deve ser descrita em termos de um conjunto finito de princípios (regras gramaticais) e parâmetros (marcadores) que são ligados ou desligados pelos usuários da língua. Os dois mecanismos formais complementam-se na mente dos falantes. (NEIVA, 2013, p. 98)

Para Bakhtin (1929), a língua é fundada na interação social, logo, o autor ressalta a importância da comunicação social que é construída em um processo que envolve subjetividades entre os interlocutores. Assim, o sujeito deve se render às condições e moderações prescritas pelo contexto que está inserido com seus interlocutores. Desse modo, somente seguindo os sistemas linguísticos, os costumes e a cultura, que as intenções são alcançadas com plenitude em seu meio social (Cf. OLIVEIRA, 2008).

Nesse contexto, é relevante mencionar a respeito do desenvolvimento gradativo da linguagem. Em uma primeira etapa da aquisição da linguagem, denominada de pré-linguística de acordo com Gomes & Terán (2014), vai aproximadamente até os doze meses de idade, em que as manifestações da criança se configuram por meio do choro, reações a ruídos fortes, arrulhos, balbucio, subsequentemente passam a emitir sons variados que ainda não são parte da linguagem falada. Aos seis meses de idade, a criança já consegue fazer um diálogo vocal, repetindo sons ouvidos de adultos. Ao aproximar-se dos dez meses de idade, a criança começa a repetir os monossílabos como “pa, pa” ou “ma, ma”, sendo considerados esboços das primeiras palavras (Cf. GOMES; TERÁN, 2014).

Gomes & Terán (2014), apontam que na etapa linguística, há a construção da linguagem propriamente dita e que entre doze e quinze meses vão surgindo as primeiras palavras significativas e intencionais. Dessa forma, a criança inicia uma interação maior com o adulto em termos de escuta e repetição. Com isso, a criança passa a ter um modelo sonoro similar ao que ela emite, fazendo com que haja desenvolvimento fonético

em suas emissões posteriores.

Nessa perspectiva, a pessoa autista se afasta do desenvolvimento da linguagem típica, pois muitos dos marcos do desenvolvimento da linguagem não acontecem ou há significativos atrasos (HAGE; PINHEIRO, 2018). Panciera *et al.* (2019), destaca estudos que demonstram que não há prejuízo no desenvolvimento da linguagem em crianças autistas nos aspectos sintático, morfológico e fonológico da língua. No entanto, existem déficits importantes na dimensão da pragmática, que são percebidas no decorrer do desenvolvimento da criança.

Neste cenário, observa-se que a linguagem é gradativamente construída desde o nascimento, requerendo em sua aquisição a coordenação de diversas funções e aptidões, a intervenção de diversos órgãos e ainda à evolução e a maturação cerebral. Além disso, todo processo está intimamente ligado com a coordenação dos órgãos fonoarticulatórios e com os progressos no desenvolvimento psicomotor, bem como com a evolução cognitiva (Cf. GOMES; TERÁN, 2014).

Assim, a linguagem pragmática emerge com uma contextualização relevante para este estudo, visto que o cerne desta pesquisa é a compreensão dos impactos da linguagem pragmática na comunicação de indivíduos autistas no âmbito acadêmico.

## ***2.1. Autismo e Linguagem Pragmática no ambiente escolar***

Tradicionalmente, a nomenclatura pragmática pode ser conferida a Charles Morris (1938), que classificou a ciência dos signos em três áreas: a sintática, a semântica e a pragmática, responsável por ligar com fenômenos biológicos, psicológicos e sociólogos, existente na relação entre signo e sujeito. Segundo Yule (1996), a área em questão estudo o que o falante comunica e aquilo que o ouvinte compreende, ou seja, não se dedica a compreender que essas palavras e frases significam fora de seu contexto de uso, de modo a entender como esse ambiente induz e direciona o processo comunicativo.

Para Yule (1996),

Pragmática é o estudo das relações entre formas linguísticas e os usuários dessas formas. Em uma distinção tripartida, apenas a pragmática permite os seres humanos na análise. A vantagem de estudar a linguagem via pragmática é que podemos falar sobre as intenções de significado do falante, suas suposições, seus propósitos e objetivos, e sobre os tipos de ações (por exemplo, pedidos) que eles executam quando falam. (YULE, 1996, p.

4)

Dessa forma, estudar a linguagem pelo viés pragmático é compreender as entrelinhas, intenções, até mesmo aquilo que não foi dito.

Victoria Wilson (2011), no capítulo “Motivações Pragmáticas”, presente no livro *Manual de Linguística*, organizado por Mário Eduardo Martelotta, apresenta que o estado atual da pragmática compreende o uso da língua e a forma como ela é utilizada em suas interações verbais, não determinando a dicotomia presente entre fatores internos e externos da língua. Essa ideia faz parte da estabilidade e regularidade dos costumes sociais e linguísticos, “como padrões, crenças e convenções, bem como as tensões, as controvérsias e as rupturas” (WILSON, 2011, p. 90).

Os autistas formam uma comunidade de fala dentro do ambiente escolar, que possuem peculiaridades inerentes em sua forma de tratar a linguagem. Observamos que os falantes “neurotípicos” são os chamados “normais” ou que não possuem deficiências ou nenhum tipo de transtorno mental; e os “neuroatípicos” são os que apresentam características inerentes a um determinado transtorno mental ou ao um quadro sindrômico. A pessoa autista é considerada neuroatípica, por se tratar de um transtorno do neurodesenvolvimento (Cf. FADDA; CURY, 2016).

Para Matos (2012), na pragmática, confluem tópicos, teorias e métodos procedentes da filosofia, linguística (em especial a sociolinguística) ou da psicologia cognitiva. Dessa forma, a pragmática ou o uso da linguagem se ocupará das intenções comunicativas do falante e da utilização que faz a linguagem para realizar tais intenções (Cf. ACOSTA *et al.*, 2006).

As intenções comunicativas e a compreensão do mundo social estão ligadas às habilidades sociocognitivas que nos permite atribuir estados mentais ao outro, como os desejos, intenções e as crenças. Uma dificuldade que se refere aos autistas, diz respeito à compreensão da pragmática, principalmente no que se refere a expressões não literais (Cf. PANCIERA *et al.*, 2019).

No que tange as expressões não literais nos atos comunicativos são aquelas em que o reconhecimento das palavras não é suficiente para a compreensão do que está sendo dito e neste sentido a extração e a produção de significado pode ocorrer dentro de um grande espectro de complexidade. Dessa forma, as pessoas autistas apresentam dificuldades particular quanto a compreensão de enunciados não literais e, portanto, podendo surgir quebras no contexto comunicacional (Cf. PIJNACKER *et al.*, 2012).

Pancieria *et al.* (2019), aponta em seus estudos que não há prejuízo no desenvolvimento da linguagem em crianças autistas nos aspectos sintático, morfológico e fonológico da língua, no entanto, há déficits importantes na dimensão da pragmática, o que reforçaria a hipótese de que as dificuldades dos autistas estão ligadas às limitações na compreensão da dimensão pragmática.

Mousinho (2010, p. 386), ressalta que “as dificuldades nas habilidades sociais e pragmáticas estão no cerne das dificuldades no autismo”. Sendo a “palavra” entendida e utilizada pelos autistas de forma literal. O seu uso, na vida diária por esse grupo de pessoas, torna-se um empecilho à sua interação social.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (Cf. BRASIL, 2007), foi incorporada à legislação brasileira (ratificada com força de Emenda Constitucional por meio do Decreto Legislativo nº186/2008 e do Decreto 6.949/2009), norteando práticas voltadas aos indivíduos que apresentam deficiências, incluindo os autistas.

A Lei nº 12.764/12, aprovada em 2013, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, ressaltando as características para diagnóstico: “Ciência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades” (BRASIL, 2012, art 1º, § 1º). Através dessa lei, reivindica-se o respeito às diferenças, às posições políticas e aos direitos dos autistas.

Nesse contexto, a perspectiva de um ensino inclusivo necessita que em sala de aula a turma compreenda que todos são participantes do processo. Desse modo, para Cunha (2016), o autista é parte do grupo de estudantes pertencentes ao ambiente escolar, todos possuem similaridades e diferenças, no entanto, todos são importantes e fazem falta. A respeito do papel do professor, o autor ainda afirma:

O professor pode propor atividades e formas de comunicação que todos compartilhem. Adaptar currículo, práticas pedagógicas e materiais de desenvolvimento poderá ser um bom caminho para tal fim. (2016, p. 116)

Cunha (2016, p. 118), alerta ainda que “não há dois alunos iguais; não há dois aprendentes com autismos iguais: o que funciona para um poderá não funcionar para outro”. O autor acrescenta ainda que “haverá conquistas e erros, muitas vezes mais erros do que conquistas, mas o trabalho jamais será em vão”. Assim, o autor realça que:

[...] o professor deve estimular a capacidade de concentração durante as tarefas, pois, como já falamos, por causa das suas dificuldades comunicativas, o que mais impede o aprendizado das pessoas com autismo na vida cotidiana é o déficit de atenção à fala de alguém ou aos processos de aprendizagem. (2016, p. 120)

As práticas pedagógicas revestem-se, de uma “violência simbólica”, decorrente da imposição, de uma cultura e um poder arbitrários, que parecem ter sido deduzidos de princípios universais. Para os autores essa arbitrariedade são baseadas nas relações de força entre os grupos sociais e que no espaço escolar não se reconhece a “legitimidade da variação linguística” e a transforma em “erro” e patologia, medicalizando, por meio dos profissionais da saúde, o fracasso escolar. (BOURDIEU; PASSERON. In: CAMACHO, 2006).

A proposta de Cunha (2016), é que o professor no espaço escolar utilize preceitos da aprendizagem que abarcarão tanto os alunos autistas quanto os demais discentes, facultando a comunicação inclusiva.

A descoberta de que as pessoas ao redor são importantes; a valorização da amizade; afetividade e amor; que o convívio com todos da escola ajuda-os na construção do conhecimento; que aprender as rotinas diárias poderá contribuir para a independência e a autonomia; que compartilhar sentimentos e interesses é uma forma de comunicação e que faz parte dos processos inclusivos. (CUNHA (2016, p. 119)

Assim, a beleza da língua está na diversidade, à medida que o homem, enquanto ser humano, na expressão pela fala se faz entender e é entendido no ambiente em que vive.

### **3. Considerações finais**

Ao findar este estudo, verificamos que a linguagem é vista pelos autores como algo de natureza social, disponível universalmente por meio da língua. Os autores afirmam que a linguagem pragmática é como um grupo de regras que propiciam regular e explicar o uso intencional da fala, compartilhado por falantes e ouvintes em uma sociedade. Nesse sentido, os autistas constituem uma comunidade de fala por terem uma forma padrão de falar e compreender o seu interlocutor.

Os autistas têm dificuldades na compreensão de sentenças não literais, trazidas pela linguagem figurada. Dessa forma, quando um docente solicita em tarefas ou testes escolares características abstratas de um determinado personagem histórico, por exemplo, o autista poderá responder

de forma literal ou inapropriada. Na interação com os seus pares, o estudante autista pode não compreender uma piada por não conseguir fazer a exata leitura nas entrelinhas do que está sendo contado pelos colegas.

Desse modo, a linguagem pragmática é um fator impactante na comunicação dos autistas no ambiente escolar à medida em que na sua interpretação literal das sentenças o autista perde informações que dificultam a comunicação com os professores e seus pares.

Portanto, a inovação de práticas pedagógicas poderá propiciar uma comunicação eficiente para os autistas tanto na relação com o professor quanto com seus colegas de sala de aula, permitindo maiores oportunidades para o autista se fazer compreender e ser compreendido no ambiente escolar, porque a beleza da língua é ratificada na diversidade!

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA M. V.; MORENO A.; RAMOS, V.; QUINTANA, A.; ESPINO, O. *Avaliação da linguagem*. Teoria e prática do processo de avaliação do comportamento infantil. São Paulo: Santos, 2006.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, Valentin Nikolaevich. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRASIL, Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. *Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista*. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em: 14.06.2019.

BRASIL. *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Brasília: SEDH, CORDE, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&aliás=424-cartilha-c&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&aliás=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 14.06.2019.

CAMACHO, R. G. *Sociolinguística – Parte II*. In: MUSSALIN, F. (Org.). *Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2006.

CUNHA, Eugênio. *Autismo e Inclusão: Psicopedagogia Práticas Educativas na Escola e na Família*. 7. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2017.

\_\_\_\_\_. *Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito*

*diferente de ensinar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2016.

DSM-V. *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-V*. Trad. de American Psychiatric Association – M.I.C. Nascimento *et al.* 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2014.

FADDA, G. M.; CURY V.E. *O enigma do Autismo: contribuições para a etiologia do transtorno*. *Revista Psicologia em Estudo*, v. 21, n. 3, p. 411-23, Maringá, jul./set. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/30709>. Acesso em: 6 jul. 2021.

GOMES, Ana Maria Salgado; TERÁN, Nora Espinosa. *Transtornos de aprendizagem e autismo*. São Paulo: Cultural, 2014.

HAGE, Simone.; PINHEIRO, Lorena Adami da Cruz. Desenvolvimento típico de linguagem e a importância para a identificação de suas alterações na infância. In: LAMÔNICA, C.A.D.; BRITTO, O.B.D. *Tratado de Linguagem: perspectivas contemporâneas*. BookToy, São Paulo, 2018

MATOS, C. M. S. *Compreensão de linguagem não-litera em crianças com Perturbações do Espectro do Autismo*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa, Lisboa/Portugal, 2012.

MOUSINHO, R. O falante inocente: Linguagem pragmática e habilidades sociais no autismo de alto desempenho. *Rev. Psicopedagogia*. 27(84), p. 385-94, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v27n84/v27n84a08.pdf> Acesso em 6 jul. 2021.

NEIVA, Eduardo. *Dicionário Houaiss de Comunicação e Multimídia*. São Paulo: Publifolha, 2013.

OLIVEIRA, J. A. *Comunicação e educação: uma perspectiva pragmática*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/oliveira-jair-comunicacao-educacao.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.

PANCIERA, Sara Del Prete *et al.* Cognição social e pragmática da linguagem: estudo com crianças autistas. *Psico*, v. 50, n. 4, p. e30603-e30603, 2019.

PIJNACKER, J.; VERVLOED, M. P. J.; STEENBERGEN, B. Pragmatic abilities in children with congenital visual impairment: an exploration of non-literal language and advanced theory of mind understanding. *Journal of autism and developmental disorders*, v. 42, n. 11, p. 2440-9, 2012.

WILSON, V. Motivações pragmáticas. In: MARTELOTTA, M.E (Org.). *Manual de Linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

YULE, G. *Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

Outras fontes:

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. News de Nova York, 2017. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2017/04/1581881-oms-afirma-que-autismo-afeta-uma-em-cada-160-criancas-no-mundo>. Acesso em: 14.06.2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento – CID-10* (versão em português da sigla ICD, do inglês International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems); Porto Alegre: ArtMed, 1993.